

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 22 DE AGOSTO DE 2013

A Secretária do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de fixação de Processo Produtivo Básico - PPB.

Manifestações podem ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, ao e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br.

HELOÍSA REGINA GUIMARÃES MENEZES

ANEXO

PROPOSTA Nº 065/2012 - FIXAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO PARA CÂMARA DE AR PARA PNEUMÁTICOS PARA MOTOCICLETAS:

Art. 1º Estabelecer para o produto CÂMARA DE AR PARA PNEUMÁTICOS PARA MOTOCICLETAS, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

- I - fabricação das borrachas natural e sintética;
- II - mistura das matérias-primas para a produção do composto que formará o tubo extrudado;
- III - extrusão;
- IV - corte do tubo extrudado;
- V - furo e aplicação do corpo da válvula na câmara;
- VI - emenda das pontas do tubo extrudado para a formação da câmara;
- VII - vulcanização;
- VIII - montagem das peças que compõem a válvula;
- IX - acabamento final do produto e testes; e
- X - gravação da descrição na câmara, quando aplicável.

§ 1º As etapas do Processo Produtivo Básico acima descritas deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as etapas constantes dos incisos I a VII, que poderão ser realizadas em outras regiões do País, observado o disposto no art. 3º.

§ 2º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico estabelecido nesta Portaria, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto as etapas constantes dos incisos VIII, IX e X, que não poderão ser objetos de terceirização.

Art. 2º A etapa estabelecida no inciso I do art. 1º será considerada atendida quando as borrachas natural e sintética, utilizadas na fabricação de câmaras de ar para motocicletas, forem produzidas no País, em percentuais mínimos, conforme a seguir:

I - do total de borracha natural utilizado: 60% (sessenta por cento); e

II - do total de borracha sintética utilizada: 20% (vinte por cento).

§ 1º Fica dispensada a exigência estabelecida no inciso I do art. 1º quando a borracha for do tipo butílica.

§ 2º Os limites mínimos estabelecidos deverão ser calculados, tomando-se por base a quantidade total, em peso, das matérias-primas (borrachas natural e sintética) utilizadas na produção total dos produtos, no ano-calendário.

§ 3º Para os novos fabricantes com projetos aprovados e em fase de implantação, os percentuais a que se refere este artigo serão calculados com base no programa de produção trienal projetado aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 3º As etapas constantes dos incisos I a VII do art. 1º poderão ser dispensadas, nos percentuais de produção no ano calendário, conforme cronograma seguinte, desde que a empresa fabricante atenda às condições estabelecidas no parágrafo único:

I - de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014: 60% (sessenta por cento);

II - de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015: 50% (cinquenta por cento);

III - de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016: 30% (trinta por cento); e

IV - de 1º de janeiro de 2017 em diante: obrigatória a realização de todas as etapas estabelecidas nos incisos de I a VII.

Parágrafo único. As dispensas a que se refere este artigo serão permitidas desde que a empresa fabricante possua projeto industrial aprovado pelo Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS e desenvolva produção em escala industrial do produto pneumático para motocicletas, obedecendo o Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido para aquele produto.

Art. 4º A etapa estabelecida no item VIII será considerada atendida desde que haja, pelo menos, a montagem dos seguintes componentes: núcleo, vedação (quando aplicável) e tampa no corpo da válvula.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de quaisquer etapas do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de Portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.